

## CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2018/2018

**NÚMERO DE REGISTRO NO MTE:** SC002274/2018  
**DATA DE REGISTRO NO MTE:** 30/10/2018  
**NÚMERO DA SOLICITAÇÃO:** MR063317/2018  
**NÚMERO DO PROCESSO:** 46303.001023/2018-65  
**DATA DO PROTOCOLO:** 30/10/2018

Confira a autenticidade no endereço <http://www3.mte.gov.br/sistemas/mediador/>.

SIND.INTERM. TRAB. IND. METAL., MECANICAS MAT ELETRICO SC, CNPJ n. 83.930.644/0001-06, neste ato representado(a) por seu Secretário Geral, Sr(a). VALDIR EDUARDO PROVESI;

E

SINDICATO PATRONAL DA INDUSTRIA DA MECANICA DE JOINVILLE E DA INDUSTRIA DA MECANICA, METALURGICA E DO MATERIAL ELETRICO DA REGIAO, CNPJ n. 82.612.953/0001-75, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). IVO PRUNER JUNIOR;

celebram a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, estipulando as condições de trabalho previstas nas cláusulas seguintes:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01º de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2018 e a data-base da categoria em 01º de janeiro.

### CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **Trabalhadores Indústrias Metalúrgicas e Material Elétrico**, com abrangência territorial em **Balneário Barra Do Sul/SC, Garuva/SC, Itapoá/SC e São João Do Itaperiú/SC**.

## SALÁRIOS, REAJUSTES E PAGAMENTO PISO SALARIAL

### CLÁUSULA TERCEIRA - PISO SALARIAL

Excetuados os menores aprendizes, nenhum empregado abrangido, perceberá salário inferior, em janeiro de 2018, a R\$ 1.275,00 (hum mil duzentos e setenta e cinco reais).

Parágrafo Primeiro - As empresas que fundamentadamente, não tiverem condições de cumprir o piso salarial estabelecido na Lei que regulamenta o Piso Regional, poderão realizar Acordo Coletivo específico com o SINTIMESC, visando adequação do piso salarial a sua realidade.

Parágrafo Segundo - Inviabilizada a negociação coletiva, fica a empresa obrigada a cumprir os valores estabelecidos na referida Lei Complementar.

## REAJUSTES/CORREÇÕES SALARIAIS

### CLÁUSULA QUARTA - REAJUSTE SALARIAL

Em 1º de janeiro de 2018 os salários de todos os integrantes da categoria profissional abrangidos por esta convenção coletiva de trabalho, serão reajustados pelo índice de 2,5% (dois virgula cinco por cento), incidente sobre os salários praticados em dezembro de 2017. Do total apurado serão compensados os adiantamentos legais e/ou espontâneos concedidos no período de 01/01/2017 a 31/12/2017.

Parágrafo 1º- Para os empregados admitidos no período compreendido entre o dia 1º de janeiro de 2017 e dia 31 de dezembro de 2017, o reajuste será proporcional, à razão de 1/12 (um doze avos) por mês de contrato.

Parágrafo 2º – A diferença salarial referente aos meses de janeiro/2018 e julho//2018, será paga como abono em 03 (três) parcelas, respectivamente, nas folhas referentes aos meses de agosto, setembro e outubro de 2018.

Parágrafo 3º - Na forma do parágrafo anterior, as empresas que anteciparam os reajustes em folha, poderão deduzir os valores antecipados do valor do abono.

## **GRATIFICAÇÕES, ADICIONAIS, AUXÍLIOS E OUTROS ADICIONAL DE HORA-EXTRA**

### **CLÁUSULA QUINTA - HORAS EXTRAORDINÁRIAS**

As horas extraordinárias efetivamente trabalhadas serão remuneradas com os seguintes acréscimos sobre o valor da hora normal:

\* 50% (cinquenta por cento) quando realizadas durante a semana.

\* 100% (cem por cento) quando realizadas em domingos e feriados, desde que não sejam dias compensados.

## **AUXÍLIO MORTE/FUNERAL**

### **CLÁUSULA SEXTA - AUXÍLIO FUNERAL - SEGURO DE VIDA EM GRUPO**

No caso de falecimento do trabalhador, a empresa pagará a título de auxílio funeral, juntamente com o saldo de salários e outras verbas trabalhistas remanescentes, 2 (dois) salários nominais em caso de morte natural ou causada por acidente de trabalho ou por doença profissional, salvo quando a empresa dispôr de seguro de vida em condição igual ou mais favorável.

## **CONTRATO DE TRABALHO – ADMISSÃO, DEMISSÃO, MODALIDADES AVISO PRÉVIO**

### **CLÁUSULA SÉTIMA - DISPENSA DO AVISO PRÉVIO**

O empregado que for demitido e que, no curso do aviso prévio, deseje afastar-se do emprego, fica dispensado do cumprimento do mesmo, recebendo o salário referente aos dias trabalhados.

## **RELAÇÕES DE TRABALHO – CONDIÇÕES DE TRABALHO, NORMAS DE PESSOAL E ESTABILIDADES ESTABILIDADE APOSENTADORIA**

### **CLÁUSULA OITAVA - PRE APOSENTADORIA**

Será garantido o emprego ou o salário ao trabalhador que contar com mais de 10 anos de serviço na mesma empresa, pelo prazo máximo de 24 meses anteriores ao momento de que completarem tempo de serviço que lhe permita obter aposentadoria previdenciária integral, ressalvada a dispensa por motivo disciplinar ou o não uso do direito e desde que a empresa seja pré-avisada por escrito de tal condição.

Parágrafo Único: Para efeito de garantia prevista nesta clausula, antes de qualquer notificação de dispensa, o empregado encaminhará copia de seus documentos de aposentadoria ao setor pessoal, mediante protocolo, ou fornecerá a empresa a sua condição de pré-aposentadoria em demonstrativo fornecido pelo INSS, indicando seu tempo de serviço acumulado.

## **JORNADA DE TRABALHO – DURAÇÃO, DISTRIBUIÇÃO, CONTROLE, FALTAS DURAÇÃO E HORÁRIO**

### **CLÁUSULA NONA - BANCO DE HORAS**

Fica assegurado às empresas o direito de implementar o Banco de Horas, e as que assim desejarem, deverão propor ao sindicato laboral, e este deverá dar assistência para a implementação conforme os termos da Lei no prazo de até 30 (trinta) dias após a data efetiva da solicitação, que inclusive, poderá ser via e-mail.

### **FALTAS**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - ABONO DE FALTA AO ESTUDANTE**

Mediante aviso prévio de 72 horas, será abonada a falta do empregado estudante, de todos os níveis escolares no dia da prova obrigatória, prática ou teórica em vestibulares ou exames supletivos, desde que coincidente com o horário de trabalho e comprovada a sua realização por documento da instituição.

### **OUTRAS DISPOSIÇÕES SOBRE JORNADA**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - TEMPO DESPENDIDO COM VIAGENS**

O tempo despendido por qualquer funcionário em viagens com o objetivo de visitas a feiras, exposições, eventos, cursos, palestras, passeios e semelhantes, a convite da empresa ou iniciativa do empregado, não serão considerados como extensão do horário de trabalho, quando ocorrer fora da sua jornada normal.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - CURSOS**

As horas de participação dos empregados em cursos através da empresa, quando fora do horário de trabalho dos participantes, não terão sua duração considerada como horas extraordinárias, desde que estes agreguem valores a seu currículo profissional e pessoal, mesmo que sejam custeados pela empresa.

### **FÉRIAS E LICENÇAS DURAÇÃO E CONCESSÃO DE FÉRIAS**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - FÉRIAS**

Os inícios das férias coletivas ou individuais não poderão coincidir com sábado, domingo, feriado ou dias já compensados, devendo ser fixado a partir do primeiro dia útil da semana.

### **SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR CONDIÇÕES DE AMBIENTE DE TRABALHO**

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - USO DISPOSITIVOS ELETRONICOS**

Em razão de segurança do trabalhador, convencionam as partes sobre o uso de mecanismos telefônicos e eletrônicos, celular, 'smartphone', 'tablet' ou dispositivos similares, doravante denominados simplesmente "dispositivos" :

I - Não é permitido o uso sem autorização do empregador;

II - É permitido o uso durante o intervalo para descanso intrajornada em locais previamente autorizados para este fim pelo empregador;

III - No caso do empregado precisar atender ou realizar uma ligação particular de caráter emergencial durante o horário de trabalho, deverá interromper a atividade que estiver desenvolvendo e se posicionar de forma segura, em área delimitada previamente pelo empregador para utilização do(s) "dispositivo";

IV - O uso inadequado dos "dispositivos", assim considerado o que não observar os itens anteriores, constituirá atitude passível de advertência e, em caso de reincidência, suspensão e demais penalidades previstas no art. 482, alínea 'h' da CLT, considerando-se tratar de questão relacionada à segurança do trabalhador, de seus colegas e do ambiente de trabalho.

## **RELAÇÕES SINDICAIS CONTRIBUIÇÕES SINDICAIS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL - NEGOCIAL**

Conforme preceito legal estabelecido no Artigo 8º, inciso IV, da Constituição Federal, Artigo 513, letra "e" da CLT e Assembléia Geral realizada, todas as empresas integrantes da categoria econômica abrangidas pela presente Convenção Coletiva, independente do regime tributário, porte da empresa ou número de empregados, recolherão ao Sindicato Patronal o valor equivalente a R\$ 400,00 (quatrocentos reais), a título de CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL em virtude das negociações coletivas de trabalho.

Parágrafo Primeiro – As empresas recolherão o valor em duas parcelas de R\$ 200,00 cada, a primeira em 10 de agosto e a segunda em 10 de outubro.

Parágrafo Segundo – O recolhimento com atraso será atualizado monetariamente pelo IGPM/FGV, juros de 1% (um por cento) ao mês, além da multa de 10% (dez por cento), calculadas sobre o valor atualizado.

Parágrafo Terceiro – O recolhimento deverá ser procedido através de boleto bancário fornecido pela entidade, na rede bancária.

Parágrafo Quarto – A contribuição é devida por todas as empresas pertencentes à categoria, independente do respectivo enquadramento tributário ou fiscal.

Parágrafo Quinto – As empresas abrangidas pelas negociações coletivas, mediante delegação ou assinatura dos instrumentos coletivos de forma conjunta pela respectiva entidade representante ou que aderirem através da formalização de outros instrumentos coletivos, também recolherão a contribuição assistencial ao Sindicato Patronal - SINDIMEC.

## **DISPOSIÇÕES GERAIS MECANISMOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - CONCILIAÇÃO DAS DIVERGÊNCIAS**

Havendo divergência entre os convenientes, por motivo de aplicação das cláusulas desta convenção, comprometem-se às partes a discuti-las e acordá-las em termo aditivo. Permanecendo, porém, a divergência, a mesma será dirimida pelo Poder Judiciário, por iniciativa de qualquer uma das partes.

## **DESCUMPRIMENTO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - MULTA ATRASO NO PAGAMENTO DE SALÁRIO**

Em caso de mora no cumprimento da obrigação salarial, a empresa pagará multa equivalente a 1% (um por cento) sobre o respectivo valor, independentemente da correção monetária de lei.

### **CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - MULTA CONTRATUAL**

O não cumprimento de normas contidas nesta convenção, incidirá multa de 2% (dois por cento) do piso salarial da categoria, por infração e por empregado, revertendo os valores para a parte prejudicada.

## **RENOVAÇÃO/RESCISÃO DO INSTRUMENTO COLETIVO**

### **CLÁUSULA DÉCIMA NONA - REVISÃO DOS DISPOSITIVOS**

Os dispositivos da presente Convenção serão totalmente revistos por ambas as partes ao término de sua vigência, comprometendo-se o Sindicato laboral encaminhar ao Sindicato Patronal o "Rol de Reivindicações" até o dia 15 de novembro de 2018.

**VALDIR EDUARDO PROVESI  
SECRETÁRIO GERAL  
SIND.INTERM. TRAB. IND. METAL., MECANICAS MAT ELETRICO SC**

**IVO PRUNER JUNIOR  
PRESIDENTE  
SINDICATO PATRONAL DA INDUSTRIA DA MECANICA DE JOINVILLE E DA INDUSTRIA DA MECANICA,  
METALURGICA E DO MATERIAL ELETRICO DA REGIAO**

### **ANEXOS ANEXO I - ATA**

[Anexo \(PDF\)](#)

A autenticidade deste documento poderá ser confirmada na página do Ministério do Trabalho e Emprego na Internet, no endereço <http://www.mte.gov.br>.